



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
20 de outubro
de 2020

Parceria com instituto vai viabilizar a instalação de Núcleo de Mediação pelo MPMA

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, participou, na manhã desta segunda-feira, 19, de uma reunião com o presidente e o diretor-tesoureiro do Instituto Beneficente Áurea de Faria, Manoel Faria e Júlio Moreira Gomes Filho, respectivamente.

O objetivo do encontro foi firmar a parceria em que o Instituto cederá parte do espaço da escola Prof. Luiz Pinho Rodrigues, localizada no bairro da Divineia, para a instalação do Núcleo de Mediação Comunitária.

Também participaram da reunião o titular da Promotoria de Justiça Itinerante de São Luís, Vicente Martins, o diretor em exercício da Secretária de Assuntos Institucionais do MPMA, Joaquim Ribeiro de Souza Júnior, e o diretor-geral do MPMA, Júlio César Guimarães.

Fundado por membros da comunidade portuguesa no Maranhão, o Instituto atua na área da educação, especialmente na Divineia e bairros próximos.

Segundo Eduardo Nicolau, toda parceria do **Ministério Público** com outras instituições, em benefício da população maranhense, é sempre muito bem-vinda. "O **Ministério Público** tem sempre buscado parceiros em prol de ações que garantam melhorias para a população. Esperamos que esta parceria com o Instituto Beneficente Áurea de Faria seja concretizada, pois o núcleo é de fundamental importância para a comunidade", ressaltou.

Vicente Martins destacou a importância da parceria para auxiliar ainda mais no atendimento aos moradores dos bairros adjacentes. "A doação do espaço possibilitará o reativamento do núcleo que atenderá a região da Divineia, Sol Mar e Vila Luizão", afirmou o promotor.

O tesoureiro do instituto ressaltou que o espaço onde funcionará o núcleo pertence a uma estrutura inaugurada recentemente. Ele considerou positiva a reunião, na qual também foi aprovado o levantamento inicial, realizado por uma equipe de engenharia, que avaliou a viabilidade da instalação do núcleo, que já funcionou na escola e atualmente atende no bairro Sol e Mar.

"A estrutura da Divineia, inaugurada recentemente, tem uma área suficiente para abrigar os trabalhos do núcleo. Para o instituto, é uma satisfação a parceria com o **Ministério Público** para ampliar o atendimento à população", disse Júlio Moreira.

Ainda será assinado o Termo de Cooperação que consolidará a parceria entre as instituições.

(CCOM-MPMA)

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/135/20201020.pdf>

Procurador-geral de justiça do Maranhão considera precária a situação dos ferry-boats

Foi realizada, nessa segunda-feira, 19, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, uma reunião com o novo presidente da Agência Estadual de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos (MOB), Daniel Carvalho, para discutir os problemas relativos ao transporte por ferry-boats entre São Luís e o terminal do Cujupe, em Alcântara.

Na abertura dos trabalhos, o procurador-geral de justiça do Maranhão, Eduardo Nicolau, afirmou que a situação no transporte aquaviário está a cada dia mais precária, com embarcações em péssimo estado e falhas graves no atendimento. "Precisamos garantir as condições para que a sociedade não sofra com tudo isso", ressaltou.

A coordenadora do **Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp Consumidor)**, Lítia Cavalcanti, explicou que essa é uma conversa inicial com o novo gestor da MOB, que precede uma reunião maior, com a presença dos promotores de justiça de toda a Baixada Maranhense. "Nunca o serviço dos ferrys esteve tão ruim. Em termos de qualidade, de serviço, de cumprimento de horários. Vamos discutir novos termos para tentar uma resolução ou, ao menos, uma mitigação do que vêm sofrendo os consumidores da Baixada", afirmou.

A titular da 1ª Promotoria de Justiça de Pinheiro, Linda Luz Matos Carvalho, ressaltou que, além dos problemas de atrasos e de embarcações que não comportam a demanda, há uma preocupação grande com a segurança por parte dos usuários do serviço de ferry-boats. "Precisamos de medidas com resultados práticos", enfatizou.

O **promotor de justiça Frederico Bianchini Joviano dos Santos**, da Comarca de Cururupu, também ressaltou a necessidade de ações urgentes para evitar situações de risco nas embarcações e nos terminais de passageiros. De acordo com o membro do **Ministério Público**, a piora do serviço se deve, em grande parte, às dificuldades financeiras enfrentadas por uma das empresas prestadoras do serviço. "Viagens são canceladas e, por mais que a outra empresa tente cobrir essa demanda, é impossível pois ela tem ferrys menores, sem capacidade de absorver todos aqueles passageiros", explicou.

O presidente da MOB explicou aos promotores de

justiça que está em um período de transição na agência, conhecendo a realidade da pasta. Sobre a questão dos ferry-boats, Daniel Carvalho afirmou já ter tido reuniões com a equipe técnica da MOB e com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) e que se reunirá com as empresas prestadoras do serviço. Ele ressaltou, ainda, a importância da parceria com o **Ministério Público**, que vem acompanhando essa questão há muito tempo. "Temos a necessidade de repensar o serviço como um todo, para que ele seja oferecido com excelência", observou.

Uma nova reunião, em formato híbrido (presencial e virtual), para discutir a questão dos ferry-boats, já foi marcada para a próxima segunda-feira, 26 de outubro.

Site:

<https://jornalpequeno.com.br/2020/10/20/procurador-geral-de-justica-do-maranhao-considera-precaria-a-situacao-dos-ferry-boats/>

MPMA promove Seminário Estadual de Educação Ambiental

O debate sobre as práticas ambientalmente responsáveis, estimuladas pela educação, será realizado nos dias 20 e 21 de outubro, das 17 às 19h, na segunda edição do Seminário Estadual de Educação Ambiental. O evento digital vai reunir membros do **Ministério Público** do Maranhão, integrantes do Fórum de Educação Ambiental do Maranhão e convidados.

A programação desta terça-feira, 20, será aberta pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, e terá a participação do governador Flávio Dino, que vai abordar a importância da escola ambiental no Maranhão. A mesa redonda será mediada pelo **promotor de justiça** Fernando Barreto e terá a presença dos secretários estaduais Felipe Camarão (Educação), Diego Rolim (Meio Ambiente e Recursos Naturais) e Davi Telles (Ciência, Tecnologia e Inovação).

O tema seguinte será "Populações tradicionais da Amazônia brasileira", com o procurador da República no Pará, Ubiratan Cazetta. O moderador será o juiz Douglas de Melo Martins e a mesa redonda contará com a participação de Sônia Guajajara, Sandra Brambatti e Gerson Pinheiro de Souza.

Na quarta-feira, 21, o **promotor de justiça** Fernando Barreto vai fazer uma apresentação sobre áreas protegidas, seguida de uma mesa redonda com o tema "Áreas protegidas e zoneamento ecológico-econômico", com moderação do **promotor de justiça** Cláudio Rebelo. Também participam deste debate Flávia Mochel, Antônio José Araújo Ferreira e Andrea Araújo.

Site: <https://omaranhense.com/mpma-promove-seminario-estadual-de-educacao-ambiental/>

MPMA discute questão de ferry-boats com novo presidente da MOB

Eduardo Ericeira

Foi realizada, na manhã desta segunda-feira, 19, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, uma reunião com o novo presidente da Agência Estadual de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos (MOB), Daniel Carvalho, para discutir os problemas relativos ao transporte por ferry-boats entre São Luís e o terminal do Cujupe, em Alcântara.

Na abertura dos trabalhos, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, afirmou que a situação no transporte aquaviário está a cada dia mais precária, com embarcações em péssimo estado e falhas graves no atendimento. "Precisamos garantir as condições para que a sociedade não sofra com tudo isso", ressaltou.

A coordenadora do **Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp Consumidor)**, Lítia Cavalcanti, explicou que essa é uma conversa inicial com o novo gestor da MOB, que precede uma reunião maior, com a presença dos promotores de justiça de toda a Baixada Maranhense. "Nunca o serviço dos ferrys esteve tão ruim. Em termos de qualidade, de serviço, de cumprimento de horários. Vamos discutir novos termos para tentar uma resolução ou, ao menos, uma mitigação do que vêm sofrendo os consumidores da Baixada", afirmou.

A titular da 1ª Promotoria de Justiça de Pinheiro, Linda Luz Matos Carvalho, ressaltou que, além dos problemas de atrasos e de embarcações que não comportam a demanda, há uma preocupação grande com a segurança por parte dos usuários do serviço de ferry-boats. "Precisamos de medidas com resultados práticos", enfatizou.

O **promotor de justiça Frederico Bianchini Joviano dos Santos**, da Comarca de Cururupu, também ressaltou a necessidade de ações urgentes para evitar situações de risco nas embarcações e nos terminais de passageiros. De acordo com o membro do **Ministério Público**, a piora do serviço se deve, em grande parte, às dificuldades financeiras enfrentadas por uma das empresas prestadoras do serviço. "Viagens são canceladas e, por mais que a outra empresa tente cobrir essa demanda, é impossível pois ela tem ferrys menores, sem capacidade de absorver todos aqueles passageiros", explicou.

O presidente da MOB explicou aos promotores de justiça que está em um período de transição na agência, conhecendo a realidade da pasta. Sobre a questão dos ferry-boats, Daniel Carvalho afirmou já ter tido reuniões com a equipe técnica da MOB e com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) e que se reunirá com as empresas prestadoras do serviço. Ele ressaltou, ainda, a importância da parceria com o **Ministério Público**, que vem acompanhando essa questão há muito tempo. "Temos a necessidade de repensar o serviço como um todo, para que ele seja oferecido com excelência", observou.

Uma nova reunião, em formato híbrido (presencial e virtual), para discutir a questão dos ferry-boats, já foi marcada para a próxima segunda-feira, 26 de outubro.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/10/mpma-discute-questao-de-ferry-boats-com.html>

MPMA promove Seminário Estadual de Educação Ambiental

Eduardo Ericeira

O debate sobre as práticas ambientalmente responsáveis, estimuladas pela educação, será realizado nos dias 20 e 21 de outubro, das 17 às 19h, na segunda edição do Seminário Estadual de Educação Ambiental. O evento digital vai reunir membros do **Ministério Público** do Maranhão, integrantes do Fórum de Educação Ambiental do Maranhão e convidados.

A programação desta terça-feira, 20, será aberta pelo procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, terá a participação do governador Flávio Dino, que vai abordar a importância da escola ambiental no Maranhão. A mesa redonda será mediada pelo **promotor de justiça** Fernando Barreto e terá a presença dos secretários estaduais Felipe Camarão (Educação), Diego Rolim (Meio Ambiente e Recursos Naturais) e Davi Telles (Ciência, Tecnologia e Inovação).

O tema seguinte será "Populações tradicionais da Amazônia brasileira", com o procurador da República no Pará, Ubiratan Cazetta. O moderador será o juiz Douglas de Melo Martins e a mesa redonda contará com a participação de Sônia Guajajara, Sandra Brambatti e Gerson Pinheiro de Souza.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/10/mpma-promove-seminario-estadual-de.html>

Número de homicídios dolosos no Maranhão tem aumento na pandemia

Onúmero de assassinatos cresceu durante a pandemia da Covid-19 no país.

Segundo o 14º Anuário Brasileiro de **Segurança Pública**, 21.764 homicídios dolosos ocorreram no primeiro semestre deste ano em todo o país, enquanto no mesmo período do ano passado, ocorreram 20.105 casos. O Maranhão é o quarto mais violento do nordeste e registrou 833 homicídios dolosos no primeiro semestre deste ano. O primeiro é a Bahia, 2.660 casos, seguida do Ceará, com 2.203 e Pernambuco, com 1.895 casos.

O Anuário Brasileiro de **Segurança Pública** é elaborado pelo Fórum Brasileiro de **Segurança Pública**, que compila as estatísticas de criminalidade no país, e foi divulgado ontem.

Somente os casos de latrocínio (roubo seguido de morte), ocorreram 719 casos no país e um total de 375 registros de lesão corporal seguido de morte.

Ainda de acordo com os dados do Fórum Brasileiro de **Segurança Pública**, no Maranhão, durante o primeiro semestre deste ano houve um aumento de 23,2% dos casos de homicídio doloso - 833 registros desse tipo de crime, uma média de 140 mortes por mês - em relação aos primeiros seis meses do ano passado.

Em relação aos casos de latrocínio, no estado, ocorreram 33 no decorrer do primeiro semestre deste ano, enquanto no ano passado, 36 casos. Já, lesão corporal seguido de morte, o primeiro semestre deste ano, um total de sete casos e, no ano passado, um total de 10 casos.

Violência em alta A violência continua predominando no estado, inclusive na Grande Ilha. Somente na capital, a polícia registrou dois assassinatos no domingo (18) e uma das vítimas foi identificada como Ítalo Matheus Sousa Tavares, de 25 anos. A polícia informou que ele residia em Iguaiá, Paço do Lumiar, e foi linchado por faccionados na Rua Gomes de Sousa, na Vila Passos. O jovem não tinha passagem na Justiça e levou golpes de barra de ferro e pedradas, em via pública.

Os socorristas do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) foram acionados e quando chegaram ao local encontraram a vítima sem vida. O corpo foi

removido para o Instituto Médico Legal (IML), no Bacanga, e o resultado dos exames periciais vai ser encaminhado para a equipe da Superintendência de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP), que está investigando o caso.

Na Cidade Olímpica ocorreu uma execução e a vítima foi Luís Eduardo dos Santos Guimarães, de 18 anos. De acordo com a polícia, o jovem era suspeito de ter atirado na perna de uma mulher, no sábado (17), naquela localidade. No domingo (18), ele foi atingido com três tiros na cabeça, quando estava sentando na porta de sua residência. Os acusados tomaram rumo ignorado.

A polícia acredita que crime foi motivado por vingança, e está sendo investigado.

Tiroteio Um tiroteio em uma casa de evento, no bairro Formosa, na cidade de Timon, ocorrido na noite do último domingo, resultou em duas mortes e seis pessoas ficaram feridas.

Os nomes das vítimas não foram informados. O comandante do 11º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Jorge Araújo, declarou que grupos criminosos rivais que promoveram esse ato criminoso e até o momento não houve registro de prisão.

O policiamento na cidade foi reforçado e ainda ontem houve apreensão de veículos e entorpecentes. Jorge Araújo disse que a casa de show tinha autorização para funcionar e crime está sendo investigado pela Polícia Civil.

Site:

<https://imirante.com/oestadoma/online/reader/2020/10/20/>

PF fecha três serrarias em Zé Doca

Uma operação conjunta, realizada entre os dias 14 e 16 de outubro, interditou serrarias no município de Zé Doca, a 302Km de São Luís. A Operação Verde Brasil 2 foi realizada pela Polícia Federal, IBAMA e Exército, com o apoio da Capitania dos Portos do Maranhão, Batalhão de Policiamento Ambiental e Corpo de Bombeiros do Maranhão.

Três serrarias, localizadas no entorno das Terras Indígenas Awá e Alto Turiaçu, foram interditadas, nove fornos foram inutilizados, dois caminhões com madeira pronta foram apreendidos nas proximidades, seiscentos metros cúbicos de madeira em tora foram apreendidos e inutilizados, além de setenta e dois metros cúbicos de madeira serrados.

O setor de inteligência da Polícia Federal foi o responsável por localizar as serrarias. Os criminosos identificados são reincidentes e vão responder pelos crimes ambientais e por receptação.

As ações integradas continuarão e visam o combate a crimes ambientais. A Operação Verde Brasil 2 é coordenada pelo Ministério da Defesa. Está no escopo do Conselho Nacional da Amazônia (CNA), em apoio aos órgãos de controle ambiental e de **segurança pública**.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2020/oimparcial-36.216.orig.pdf>

Sancionada lei que institui a Polícia Penal

O governador Flávio Dino sancionou a Lei nº 11.342, que cria a Polícia Penal do Estado do Maranhão como órgão do sistema de **segurança pública**, vinculada à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap). O texto foi publicado no dia 29 de setembro, e já tinha sido aprovado pela Assembleia Legislativa.

Com a transformação em carreira policial, os agentes penitenciários passam a ser equiparados as demais forças policiais, mas com atribuições específicas que regulamentam as funções dessa nova polícia.

A Lei transforma os cargos efetivos de Agente Estadual de **Execução Penal** e de Inspetor Estadual de **Execução Penal**, respectivamente, nos cargos de Inspetor de Polícia Penal I e Inspetor de Polícia Penal II. Dentre as prerrogativas da lei, os servidores ocupantes dos cargos de Inspetor de Polícia Penal I e II, no exercício de sua função, exercem poder de polícia. Assim como o cargo efetivo de Auxiliar de Segurança Penitenciária, integrante da carreira de segurança penal, que passa a ser Auxiliar Penitenciário. O subgrupo atividades penitenciárias segundo suas categorias funcionais, fica com os seguintes cargos efetivos: Inspetor de Polícia Penal I, Inspetor de Polícia Penal II e Auxiliar Penitenciário. Os especialistas nas áreas jurídica, psicólogo, assistente social, enfermagem, terapeuta ocupacional e pedagogo. E ainda os técnicos penitenciários: administrativo e de enfermagem.

De acordo com a lei, também serão criadas 8 unidades prisionais de ressocialização e 2 duas penitenciárias. Sendo elas a Unidade Prisional de Ressocialização de São Luís 9, Unidade Prisional de Ressocialização de Governador Nunes Freire, Unidade Prisional de Ressocialização de Carolina, Unidade Prisional de Ressocialização de Tutóia, Unidade Prisional de Ressocialização de Segurança Máxima, Unidade Prisional de Ressocialização de Barra do Corda, Unidade Prisional de Ressocialização de Colinas, Unidade Prisional de Ressocialização de São João dos Patos. E a Penitenciária Regional de Governador Nunes Freire e Penitenciária Regional de Brejo.

A Lei

A Lei é oriunda da Emenda Constitucional (EC) 104, que alterou o Art. 144 da carta magna do país, criando, assim, a polícia penal, órgão responsável pela segurança do sistema prisional federal, estadual e do Distrito Federal.

Site:

<https://banca.oimparcial.com.br/app/uploads/edicoes/2020/oimparcial-36.216.orig.pdf>

Operação Verde Brasil II interdita serrarias no Maranhão

Uma operação conjunta, realizada entre os dias 14 e 16 de outubro, interditou serrarias no município maranhense de Zé Doca, a 446 km de Imperatriz. A operação contou com participação da Polícia Federal, IBAMA e Exército, com o apoio da Capitania dos Portos do Maranhão, Batalhão de Policiamento Ambiental e Corpo de Bombeiros do Maranhão.

Três serrarias, localizadas no entorno das Terras Indígenas Awá e Alto Turiçu, foram interditadas; nove fornos foram inutilizadas; dois caminhões com madeira pronta foram apreendidos nas proximidades; seiscentos metros cúbicos de madeira em tora foram apreendidos e inutilizados; além de setenta e dois metros cúbicos de madeira serrados.

A Polícia Federal foi o responsável por localizar as serrarias. Os suspeitos identificados são reincidentes e vão responder pelos crimes ambientais e por receptação. As ações integradas continuarão e visam combater crimes ambientais. A Operação Verde Brasil 2 é coordenada pelo Ministério da Defesa. Está no escopo do Conselho Nacional da Amazônia (CNA), em apoio aos órgãos de controle ambiental e de **segurança pública**. (Ascom-PF)

Site:

<https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/135/20201020.pdf>

OAB-MA promoverá diálogo para discutir problemas nos serviços de ferry boat

Brenda Serra

Um diálogo institucional para discutir sobre os problemas no transporte marítimo de passageiros pelo ferry boat entre os terminais da Ponta da Espera, em São Luís e o terminal do Cujupe em Alcântara, será realizado nesta quarta-feira, a partir das 14h30 no auditório da OAB Maranhão, em São Luís.

Representantes de instituições como: MOB, EMAP, ANTAQ, Capitania dos Portos do Maranhão, **PROCON/MA**, Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, Vigilância Sanitária, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, Secretaria de Estado da **Segurança Pública**, Secretaria de Estado da Infraestrutura, Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Tribunal Regional Eleitoral, **Ministério Público** Estadual, **Ministério Público** do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e Emprego do Maranhão, e, Defensoria Pública do Estado do Maranhão; além das empresas operadoras do sistema: Internacional Marítima e Serviporto, foram convidadas para o debate.

Os transportes marítimos têm sido alvo de constantes reclamações pelos usuários nos últimos meses, quanto à qualidade dos serviços prestados pelas empresas operadoras de ferry boats entre os terminais.

Entre as quais se destacam: superlotação das embarcações, dificuldade para compra de passagens, falta de acessibilidade para idosos, pessoas com deficiência e gestantes, além de condições ruins de alimentação, higiene e segurança dentro das embarcações.

Com isso, o evento será caracterizado por um diálogo entre a Seccional Maranhense, os órgãos e autoridades responsáveis pela fiscalização que farão uma análise crítica deste meio de transporte e propor uma atuação conjunta dos entes vinculados para buscar providências e medidas efetivas, visando à melhoria dos serviços para a população.

Site: <https://www.ma10.com.br/2020/10/20/oab-ma-promovera-dialogo-para-discutir-problemas-nos-servicos-de-ferry-boat/>

Mortes violentas intencionais cresceram 7,1% no 1º semestre de 2020

David Marques, coord. de Projetos do Fórum Brasileiro
de **Segurança Pública**

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2020/10/20/TVGLOBONACIO>

NAL-00.54.35-00.58.07-1603168856.mp4

Mortes violentas aumentam em 2020

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2020/10/20/RADIOMIRANTE>

AM600SOLUISMA-11.06.36-11.07.28-1603205180.mp3

Após 2 anos em queda, número de assassinatos volta a crescer

Multimídia:

**[http://midia.smi.srv.br/audio/2020/10/20/RADIOMIRANTE
AM600SOLUISMA-11.25.18-11.26.37-1603205742.mp3](http://midia.smi.srv.br/audio/2020/10/20/RADIOMIRANTE
AM600SOLUISMA-11.25.18-11.26.37-1603205742.mp3)**

Beto das Vilas é acusado de desviar R\$ 2 milhões de Imposto de Renda retido dos servidores da Câmara de Ribamar

gilbertoleda

O presidente da Câmara Municipal de São José de Ribamar, Beto das Vilas, que é inclusive candidato a prefeito do município, é acusado pelo executivo de não repassar o Imposto de renda retido na fonte dos servidores da Casa para o tesouro municipal, como determina a legislação. Pior, os funcionários da Câmara tiveram o desconto do seu Imposto de Renda nos contracheques, mas o dinheiro simplesmente teria sumido. A prefeitura de São José de Ribamar ingressou com Ação Civil de **Improbidade Administrativa** na Justiça Federal contra o gestor.

Os servidores tiveram retidos R\$ 1.994.215,70 em IRRF dos servidores entre os anos de 2017 e 2019 e nada foi repassado por Beto das Vilas para o tesouro municipal. O rombo pode ser maior porque o ano de 2020 ainda não está contabilizado. Segundo a ação da prefeitura, "é claro que os atos ocasionaram enriquecimento também ilícito dos próprios Réus e de terceiros, que usufruíram de tais verbas".

Para o executivo, além de lesar o patrimônio do município de São José de Ribamar, o desvio causa prejuízo aos cofres da União, uma vez que quando um servidor utiliza os dados do Imposto Retido na fonte que ele pagou na sua Declaração de Imposto de Renda, é a União que faz a restituição do valor pago. Valor este que, no caso, não chegou para os cofres públicos. Por isso, a Ação foi ingressada na Justiça Federal.

Caso seja condenado, Beto das Vilas pode perder as funções públicas, ter suspensos seus direitos políticos por até 8 anos, além da condenação ao pagamento de multa de duas vezes o valor do dano - aproximadamente R\$ 4 milhões.

Site: <https://gilbertoleda.com.br/2020/10/20/beto-das-vilas-e-acusado-de-desviar-r-2-milhoes-de-imposto-de-renda-retido-dos-servidores-da-camara-de-ribamar/>

OAB-MA irá debater com autoridades problemas no transporte marítimo por ferry boat

Em função disso, a OAB Maranhão convidou as principais entidades, autoridades do setor marítimo portuário do Estado e os órgãos responsáveis pela fiscalização para debater nesta quarta-feira, 21/10, a partir das 14h30, em seu auditório, toda essa problemática e construir uma solução conjunta que beneficie a sociedade maranhense.

Algumas das queixas frequentes e que chegaram a Seccional são: superlotação das embarcações, dificuldade para compra de passagens, falta de acessibilidade para idosos, pessoas com deficiência e gestantes, além de condições ruins de alimentação, higiene e segurança dentro das embarcações.

Diante desse cenário, a OAB Maranhão tem buscado construir, através de discussões com instituições e autoridades, soluções a médio e longo prazo que garantam maior eficiência dos serviços de transporte marítimo do estado.

Uma das formas para dar início a essas soluções é através do PROJETO DIÁLOGO INSTITUCIONAL, que será caracterizado por um diálogo entre a Seccional Maranhense, os órgãos e autoridades responsáveis pela fiscalização para fazer uma análise crítica deste modal e propor uma atuação conjunta dos entes vinculados para buscar providências e medidas efetivas, visando à melhoria dos serviços para a população.

Para essa edição do DIÁLOGO INSTITUCIONAL, foram convidadas as seguintes instituições: MOB, EMAP, ANTAQ, Capitania dos Portos do Maranhão, **PROCON/MA**, Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, Vigilância Sanitária, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, Secretaria de Estado da **Segurança Pública**, Secretaria de Estado da Infraestrutura, Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, Tribunal Regional Eleitoral, **Ministério Público** Estadual, **Ministério Público** do Trabalho, Delegacia Regional do Trabalho e Emprego do Maranhão, e, Defensoria Pública do Estado do Maranhão; além das empresas operadoras do sistema: Internacional Marítima e Serviporto.

Site: <https://blogdominard.com.br/2020/10/oab-ma-ira->

debater-com-autoridades-problemas-no-transporte-maritimo-por-ferry-boat/

Justiça nega pedido de Dunga para desbloqueio de bens (Política)

Yuri Almeida

O juiz Celso Serafim Júnior, titular da Comarca de Icatu, negou pedido da defesa do prefeito do município, José Ribamar Moreira Gonçalves, o Dunga (PMN), para suspender o bloqueio de bens determinado no último dia 10 de julho.

Com a decisão, proferida nessa segunda-feira 19, o magistrado manteve liminar que havia determinado o bloqueio de R\$ 133.050,00 das contas bancárias do gestor, visando ressarcimento de danos causada aos cofres públicos do município.

"No caso dos autos, do mero exame perfunctório efetuado, especialmente dos documentos que acompanharam a inicial, há fortes indícios das irregularidades atribuídas aos Requeridos, merecendo que se mantenha as penhoras realizadas, permanecendo a indisponibilidade dos bens dos demandados, já que o perigo de dano é presumido, e essa característica é própria da medida constritiva, assentada em fundamento constitucional expresso (art. 37, § 4º da CF)", escreveu o magistrado.

O processo se refere à investigação de **improbidade administrativa** envolvendo a contratação e repasses da gestão Dunga à Precision Soluções em Diagnósticos Ltda.

Apontada como sendo de fachada, a empresa e seus proprietários foram alvos da Polícia Federal em 9 de junho deste ano, durante a Operação Cobiça Fatal, deflagrada com o objetivo de combater crimes contra o patrimônio público em licitações para a aquisição de equipamentos e insumos que serviriam ao combate à proliferação da pandemia do novo coronavírus.

Site: <https://atual7.com/noticias/politica/2020/10/justica-nega-pedido-de-dunga-para-desbloqueio-de-bens/>

PM interrompe festa de facção criminosa e conduz 22 pessoas em São Luís

Uma operação da Polícia Militar do Maranhão conduziu 22 pessoas na noite da última segunda-feira (19). A suspeita é de que os conduzidos estavam participando de um festa em comemoração ao "aniversário" de uma facção criminosa no bairro Vila Conceição, em São Luís.

Segundo o comandante do 8º Batalhão de Polícia Militar, Major Clodoaldo, uma denúncia anônima chegou ao conhecimento das guarnições da PM, relatando a existência de uma festa em andamento realizada por membros de uma facção criminosa que atua em São Luís, em uma região conhecida como "Beco do Lelé".

Já no local, a PM constatou a veracidade da denúncia encontrando comércio de entorpecentes (maconha e cocaína), bebidas alcoólicas, foguetes e um bolo com decoração de marcas da facção criminosa.

Segundo a Secretaria de **Segurança pública** do Maranhão (SSP-MA) foi necessária a utilização de um micro-ônibus para conduzir 14 mulheres e 8 homens que foram encaminhados ao Plantão Central das Cajazeiras.

Fonte: SSP-MA.

Site: <http://www.suacidade.com/noticias/policia/pm-interrompe-festa-de-facciao-criminosa-e-conduz-22-pessoas-em-sao-luis>

PGJ instaura inquérito criminal contra Prefeitura de Sucupira do Norte

Irregularidades na contratação de empresa da limpeza pública motivaram a Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) a instaurar um inquérito criminal contra a Prefeitura de Sucupira do Norte, comandada por Leila Maria Rezende Ribeiro.

O Procedimento Investigatório Criminal - PIC está sob a responsabilidade do assessor da PGJ, **promotor de Justiça**, Carlos Henrique Brasil Teles Menzes.

Segundo o documento obtido pelo Blog do Neto Ferreira, a denúncia sobre as irregularidades serviram de base para a abertura da Notícia de Fato nº. 007333-500/2020, que foi convertida no inquérito criminal em virtude da necessidade do aprofundamento das investigações sobre o fato.

O PIC tem prazo de 90 dias para ser concluído.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site: <http://www.netoferreira.com.br/poder/2020/10/pgj-instaura-inquerito-criminal-contra-prefeitura-de-sucupira-do-norte/>

Parecer do MPE confirma que Dr. Julinho cometeu ato de improbidade administrativa

O parecer do **Ministério Público** Eleitoral emitido nesta segunda-feira (19), tão comemorado pelos aliados do candidato a prefeito dr. Julinho (PL) deveria ser motivo de vergonha para qualquer candidato que pregue o mínimo de moralidade no serviço público. Se ao final do parecer, o MPE se manifestou pelo deferimento da candidatura, que ainda será julgada, o promotor deixou clara a malversação do dinheiro público por Julinho quando foi gestor da maternidade Benedito Leite. Ainda que na soma, ele já possa ter cumprido os oito anos de inelegibilidade, fica claro que houve **improbidade administrativa** na gestão da maternidade Benedito Leite, entre os anos de 2007 e 2008.

O promotor deixou claro que a condição que ele coloca como de possível elegibilidade de Julinho pode se alterar porque as contas ainda estão sob apreciação do Poder Judiciário. "No caso concreto, o Impugnado praticou atos dolosos de **improbidade administrativa**, como já relacionados", comentou.

E mesmo ainda preferindo aguardar a decisão final do judiciário sobre as contas, o promotor não tem dúvida da irregularidade cometida por dr. Julinho, finalizando:

"Por essa razão, e por mais que essas colocações não surtam efeito prático nesse momento, seguindo a lógica do presente parecer, mas caso seja enfrentado o enquadramento dos atos e fatos julgados irregulares pelo impugnado, na qualidade de gestor da Maternidade Benedito Leite, não há dúvida que a dispensa de licitação e a terceirização de atividade fim constituem, em tese, incontestes atos de **improbidade administrativa** e assim devem ser considerados", finalizou.

Site: <http://diegoemir.com/2020/10/parecer-do-mpe-confirma-que-dr-julinho-cometeu-ato-de-improbidade-administrativa/>

Parceria com instituto vai viabilizar a instalação de Núcleo de Mediação pelo MPMA

O procurador-geral de justiça, Eduardo Nicolau, participou, na manhã desta segunda-feira, 19, de uma reunião com o presidente e o diretor-tesoureiro do Instituto Beneficente Aurea de Faria, Manoel Faria e Júlio Moreira Gomes Filho, respectivamente. O objetivo do encontro foi firmar a parceria em que o Instituto cederá parte do espaço da escola Prof. Luiz Pinho Rodrigues, localizada no bairro da Divinésia, para a instalação do Núcleo de Mediação Comunitária.

Também participaram da reunião o titular da Promotoria de Justiça Itinerante de São Luís, Vicente Martins, o diretor em exercício da Secretária de Assuntos Institucionais do **MPMA**, Joaquim Ribeiro de Souza Júnior, e o diretor-geral do **MPMA**, Júlio César Guimarães.

Fundado por membros da comunidade portuguesa no Maranhão, o Instituto atua na área da educação, especialmente na Divineia e bairros próximos.

Segundo Eduardo Nicolau, toda parceria do **Ministério Público** com outras instituições, em benefício da população maranhense, é sempre muito bem-vinda. "O **Ministério Público** tem sempre buscado parceiros em prol de ações que garantam melhorias para a população. Esperamos que esta parceria com o Instituto Beneficente Aurea de Faria seja concretizada, pois o núcleo é de fundamental importância para a comunidade", ressaltou. Vicente Martins destacou a importância da parceria para auxiliar ainda mais no atendimento aos moradores dos bairros adjacentes. "A doação do espaço possibilitará o reativamento do núcleo que atenderá a região da Divineia, Sol Mar e Vila Luizão". afirmou o promotor.

Site: <http://jornalodebate.com.br/jornal-o-debate-do-dia-20-10-2020/>

MPMA discute questão de ferry-boats com novo presidente da MOB

Foi realizada, na manhã desta segunda-feira, 19, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, uma reunião com o novo presidente da Agência Estadual de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos (MOB), Daniel Carvalho, para discutir os problemas relativos ao transporte por ferry-boats entre São Luís e o terminal do Cujupe. em Alcântara.

Na abertura dos trabalhos, o procurador-geral de justiça, Eduardo Nicciau, afirmou que a situação no transporte aquaviário está a cada dia mais precária, com embarcações em péssimo estado e falhas graves no atendimento "Precisamos garantir as condições para que a sociedade não sofra com tudo isso: ressaltou.

A coordenadora do **Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp Consumidor)**, Lítia Cavalcanti, explicou que essa é uma conversa inicial com o novo gestor da MOB, que precede uma reunião maior, com a presença dos promotores de justiça de toda a Baixada Maranhense. "Nunca o serviço dos ferrys esteve tão ruim. Em termos de qualidade, de serviço, de cumprimento de horários. Vamos discutir novos termos para tentar uma resolução ou, ao menos, uma mitigação do que vem sofrendo os consumidores da Baixada", afirmou.

A titular da 1ª Promotoria de Justiça de Pinheiro, Linda Luz Matos Carvalho, ressaltou que, além dos problemas de atrasos e de embarcações que não comportam a demanda, há uma preocupação grande com a segurança por parte dos usuários do serviço de ferry-boats. "Precisamos de medidas com resultados práticos" enfatizou. O **promotor de justiça Frederico Bianchini Joviano dos Santos**, da Comarca de Cururupu, também ressaltou a necessidade de ações urgentes para evitar situações de risco nas embarcações e nos terminais de passageiros. De acordo com o membro do **Ministério Público**, a piora do serviço se deve, em grande parte, às dificuldades financeiras enfrentadas por uma das empresas prestadoras do serviço. "Viagens são canceladas e, por mais que a outra empresa tente cobrir essa demanda, é impossível pois ela tem ferrys menores, sem capacidade de absorver todos aqueles passageiros*", explicou.

Site: <http://jornalodebate.com.br/jornal-o-debate-do-dia-20-10-2020/>

MPMA discute questão de ferry-boats

A realizada, na manhã desta segunda-feira, 19, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, uma reunião com o novo presidente da Agência Estadual de **Mobilidade Urbana** e Serviços Públicos (MOB), Daniel Carvalho, para discutir os problemas relativos ao transporte por ferry-boats entre São Luís e o terminal do Cujupe, em Alcântara.

Na abertura dos trabalhos, o procurador - geral de justiça, Eduardo Nicolau, afirmou que a situação no transporte aquaviário está a cada dia mais precária, com embarcações em péssimo estado e falhas graves no atendimento. "Precisamos garantir as condições para que a sociedade não sofra com tudo isso", ressaltou.

A coordenador do **Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOp Consumidor)**, Lítia Cavalcanti, explicou que essa é uma conversa inicial com o novo gestor da MOB, que precede uma reunião maior, com a presença dos promotores de justiça de toda a Baixada Maranhense. "Nunca o serviço dos ferrys esteve tão ruim.

Em termos de qualidade, de serviço, de cumprimento de horários. Vamos discutir novos termos para tentar uma resolução ou, ao menos, uma mitigação do que vêm sofrendo os consumidores da Baixada", afirmou.

A titular da 1ª Promotoria de Justiça de Pinheiro, Linda Luz Matos Carvalho, ressaltou que, além dos problemas de atrasos e de embarcações que não comportam a demanda, há uma preocupação grande com a segurança por parte dos usuários do serviço de ferry-boats. "Precisamos de medidas com resultados práticos", enfatizou.

O **promotor de justiça Frederico Bianchini Joviano dos Santos**, da Comarca de Cururupu, também ressaltou a necessidade de ações urgentes para evitar situações de risco nas embarcações e nos terminais de passageiros.

De acordo com o membro do **Ministério Público**, a piora do serviço se deve, em grande parte, às dificuldades financeiras enfrentadas por uma das empresas prestadoras do serviço.

"Viagens são canceladas e, por mais que a outra empresa tente cobrir essa demanda, é impossível pois ela tem ferrys menores, sem capacidade de absorver todos aqueles passageiros", explicou.

O presidente da MOB explicou aos promotores de justiça que está em um período de transição na agência, conhecendo a realidade da pasta. Sobre a questão dos ferry-boats, Daniel Carvalho afirmou já ter tido reuniões com a equipe técnica da MOB e com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap) e que se reunirá com as empresas prestadoras do serviço. Ele ressaltou, ainda, a importância da parceria com o **Ministério Público**, que vem acompanhando essa questão há muito tempo. "Temos a necessidade de repensar o serviço como um todo, para que ele seja oferecido com excelência", observou.

Uma nova reunião, em formato híbrido (presencial e virtual), para discutir a questão dos ferry-boats, já foi marcada para a próxima segunda-feira, 26 de outubro.

(CCOM-**MPMA**)

Anuário de 2019 teve aumento da violência no Maranhão

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2020/10/20/TVMIRANTESOL>

UIZAFGLOBOMA-06.29.24-06.32.27-1603197266.mp4

Patrulha Maria da Penha

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2020/10/20/TVMIRANTESOL>

UIZAFGLOBOMA-08.10.24-08.11.55-1603198901.mp4

MPMA, PGE e Sefaz assinam notificação a devedores do ICMS

Eduardo Ericeira

Integrantes da Força Tarefa de Combate à Sonegação Fiscal, representados pelo procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, e o secretário de Estado da Fazenda, Marcellus Ribeiro Alves, assinaram nesta terça-feira (20), uma notificação conjunta extrajudicial aos devedores do ICMS declarado e não recolhido aos cofres estaduais.

De acordo com dados da Sefaz, mais de 1.500 contribuintes foram notificados, o que representa mais de R\$ 660 milhões em débitos.

A notificação tem o objetivo de alertar os devedores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) para que recolham o imposto devido, sob pena de instauração de procedimentos criminais. Em caso de não atendimento à notificação, o procurador-geral de Justiça encaminhará os fatos aos promotores de Justiça com atribuições para ação penal.

O documento baseia-se na "tipificação de crime de apropriação indébita tributária na conduta de deixar de recolher ou repassar dolosamente aos cofres públicos tributo descontado ou cobrado de terceiro". A conduta foi considerada crime pela 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça e confirmada pelo pleno do Supremo Tribunal Federal, com pena de detenção de seis meses a dois anos, além de multa.

"A adoção de políticas públicas que beneficiem à sociedade, em especial aos hipossuficientes, depende diretamente da correta arrecadação de impostos. Não podemos aceitar a sonegação desses tributos, prática que é tão danosa quanto qualquer tipo de corrupção para a sociedade maranhense", afirmou Eduardo Nicolau.

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, destaca como positiva a iniciativa dos órgãos na defesa da qualidade devida dos cidadãos. "Estão irmanados no propósito de defender o erário, cada qual dentro da sua esfera de atuação, imbuídos do propósito de trabalhar para que haja o retorno para a sociedade dos recursos que estão deixando de ser devidamente recolhidos pelos contribuintes. Os cidadãos serão os beneficiados dos frutos positivos que esta cooperação

certamente trará para a sociedade maranhense", avalia.

O secretário de Estado da Fazenda, Marcellus Ribeiro Alves, destacou a Medida Provisória 329/2020 do governo do Maranhão como uma nova oportunidade para regularização de débitos do ICMS. "O benefício ativo para adesão até 30 de outubro de 2020, oferece redução de 90% dos juros, multas e demais acréscimos legais, alcançando, inclusive, multas por descumprimento de obrigação acessória, no caso de pagamento à vista. Além de redução escalonada para pagamento parcelado dos débitos", disse o dirigente fazendário.

O sistema da Sefaz já está habilitado permitindo aos contribuintes, além do pagamento à vista, também a opção do parcelamento eletrônico dos débitos de ICMS, por meio do sistema de autoatendimento, SefazNet.

Os interessados deverão solicitar o agendamento que poderá ser realizado através dos e-mails das varas de execução fiscal: secfaz8_slz@tjma.jus.br; secfaz9_slz@tjma.jus.br e secfaz10_slz@tjma.jus.br. As audiências serão realizadas de forma virtual ou presencial, de acordo com os protocolos de saúde.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/10/mpma-pge-e-sefaz-assinam-notificacao.html>

Construtora Franere deve realizar adequações em todo os condomínios Gran Park

Eduardo Ericeira

A empresa Franere Comércio Construções e Imobiliária foi condenada a realizar adequações técnicas de acessibilidade em todo o empreendimento "GRAN PARK" (condomínios Varandas Gran Park, Gran Park das Águas, Gran Park das Árvores e Gran Park dos Pássaros), corrigindo as irregularidades que impedem o direito à acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Sentença do juiz Douglas de Melo Martins (Vara de Interesses Difusos e Coletivos) acolheu pedido do **Ministério Público** estadual em em **Ação Civil Pública** que reclamou da falta de acessibilidade no Condomínio "Gran Park Pássaros" sofrida por uma criança de 11 anos de idade com paralisia cerebral, com dificuldade para se locomover por meio de sua cadeira de rodas, pela ausência de adequação de acessibilidade no prédio.

Com base nessa reclamação, a Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão (COEA) vistoriou o imóvel e produziu relatório onde foram constatadas inconformidades nas instalações do condomínio residencial em relação à NBR 9050:2004, à Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), bem como às Resoluções 303/2008 e 304/2008 do CONTRAN. E que todo o empreendimento Gran Park (inclui os condomínios Varandas Gran Park, Gran Park das Águas, Gran Park das Árvores e Gran Park dos Pássaros) apresenta graves irregularidades em sua construção, violando o direito à acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Franere alegou que, na época da aprovação do projeto arquitetônico do empreendimento, junto à Prefeitura de São Luís, não estava em vigor o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que não poderia ser aplicado nesse caso. Ressalta ainda que as solicitações contradizem o projeto aprovado pela Prefeitura Municipal, quando da construção do empreendimento e podem vir a atingir direitos dos demais moradores.

"... Embora o Estatuto da Pessoa com Deficiência

tenha vigência posterior ao projeto e implantação do empreendimento, diversas outras normas já protegiam os direitos da pessoa com deficiência e lhes assegurava o direito à acessibilidade", ressaltou o juiz na sentença.

ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O juiz fundamentou a sentença no artigo 244 da Constituição Federal, segundo o qual a "A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência".

Também citou a Lei nº 7.853/1989 (artigo 2º), que diz ser do Poder Público e seus órgãos a responsabilidade de assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Outra norma apontada na sentença, a Lei 10.098/2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, impondo em seu artigo 11 que "a construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida".

"Os direitos fundamentais são os princípios básicos do Estado Democrático de Direito, orientando a ação de todos os poderes constituídos, impondo à Administração Pública, em todas as esferas, o dever de assegurar aos cidadãos que seus direitos sejam respeitados. A não adaptação do imóvel apontado para o uso das pessoas com deficiência obsta seu uso por essa parcela da população, ferindo o direito de igualdade, consagrado no artigo 5º, caput, da Constituição Federal", ressaltou o juiz.

LAUDO PERICIAL

Em 04 de maio de 2020, foi concluído laudo pericial elaborado pela perita Josye Karlla Costa Oliveira Jansen de Mello, arquiteta e urbanista, concluindo a existência de irregularidades que geram dificuldades de circulação e acesso às diversas áreas comuns, como: acesso ao interior dos condomínios, acesso aos blocos e acesso aos espaços que compõe a área de lazer.

Segundo a sentença, embora o Condomínio "Parque dos Pássaros" possua um Projeto de Readequação, juntado aos autos do processo, os serviços executados no não estão de acordo com os detalhamentos contidos no projeto. E ainda, alguns itens não foram executados, como as rampas de acesso nas calçadas internas do condomínio. Sendo assim, mesmo com a existência do Projeto de Readequação da acessibilidade, o condomínio continua apresentando desconformidades.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/10/construtora-franere-deve-realizar.html>

STJ cassa liminar do TJMA e mantém afastamento do prefeito de Cândido Mendes

???Corte superior avaliou que há risco de influência nas investigações caso Mazinho Leite, acusado de improbidade, permanecesse no cargo

Ao constatar risco de grave lesão à ordem pública, o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins, suspendeu nesta quarta-feira (14) uma decisão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e restabeleceu o afastamento do prefeito de Cândido Mendes (MA), José Ribamar Leite de Araújo, o Mazinho Leite (PP).

O político foi afastado do cargo no dia 11 de setembro, no curso de uma ação de **improbidade administrativa** originada da Operação Cabanos - investigação que apurou suspeitas de superfaturamento, fraudes e irregularidades em licitações e contratos da prefeitura.

O afastamento por 180 dias foi determinado pelo juízo da comarca de Cândido Mendes com base no artigo 20 da Lei 8.429/1992 (Lei de **Improbidade Administrativa**), para garantir a instrução processual. Após recurso do prefeito, o desembargador relator no TJMA determinou o retorno de José Ribamar ao cargo.

O pedido de suspensão de liminar foi formulado pelo município e pelo vice-prefeito, sob a alegação -entre outros pontos - de que o retorno do prefeito ao cargo representaria risco de lesão à ordem pública, uma vez que ele foi preso em flagrante durante a Operação Cabanos portando armas e cerca de R\$ 500 mil em dinheiro, além de ter tentado ocultar provas documentais.

Segundo o ministro Humberto Martins, o pedido de suspensão demonstrou de forma clara que o retorno de José Ribamar ao cargo pode causar grave dano à ordem pública.

"A análise dos autos demonstra que existem elementos concretos que revelam a extrema gravidade dos fatos atribuídos ao prefeito municipal. Há indícios concretos de fraudes em licitações e contratos administrativos, colhidos em diligência de busca e apreensão", explicou.

O presidente do STJ destacou que, segundo os autos, diversos documentos foram removidos com o objetivo de frustrar a busca e apreensão e prejudicar a

instrução processual.

"Os fatos noticiados revelam extrema gravidade e, num primeiro momento, encontram-se amparados pelas provas já produzidas", afirmou Martins. A presença do prefeito no cargo, segundo o ministro, pode ser causa natural de perturbação da coleta de provas no processo, independentemente do fato de a **ação civil pública** já estar instruída com diversas provas materiais.

"O prefeito municipal, no exercício do cargo, exerce inegável influência nos atos da instrução probatória de ação dessa natureza, pois, por deter prestígio político e social, aliado à hierarquia, facilmente utilizaria referidos fatores como forma de pressão sobre as pessoas envolvidas nos fatos apontados pelo **Ministério Público**", concluiu o ministro ao suspender a decisão que havia determinado o retorno de José Ribamar ao cargo.

Assista:

Esta notícia refere-se ao(s) processo(s): SLS 2816

Fonte : Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Site:

<https://www.blogsoestado.com/danielmatos/2020/10/20/s-tj-cassa-liminar-do-tjma-e-mantem-afastamento-do-prefeito-de-candido-mendes/>